

Economia

CORRUPÇÃO

# Denúncia expõe corrupção na cadeia leiteira

Investigação iniciada em dezembro de 2014 constatou recebimento de propina por servidores federais do Mapa

Marina Schmidt

marina@jornaldocomercio.com.br

Há três anos, quando foi deflagrada a primeira Operação Leite Compensado para combater fraudes na atividade leiteira do Rio Grande do Sul, era difícil prever os rumos que as investigações tomariam. Hoje, os indícios são de que as ilegalidades vêm sendo praticadas há décadas, graças a uma relação corrompida entre empresas do setor e responsáveis pela fiscalização federal. É o que o aponta uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), obtida com exclusividade pela reportagem do Jornal do Comércio.

A denúncia foi apresentada à Justiça Federal em março e implica dois servidores públicos vinculados ao Ministério da Agricultura (Mapa) - o fiscal federal agropecuário aposentado Paulo Régis Motta e o agente de fiscalização Jorge Luiz Pinto Soares - além de quatro pessoas envolvidas na administração e operações da Hollmann Laticínios: o representante comercial Carlos Alberto Seewald, o consultor empresarial Mario Stockmann, o empresário Eduardo Fuhr e o empresário e técnico químico Sérgio Alberto Seewald. Os

crimes citados são corrupção ativa e passiva, associação criminosa e violação de sigilo profissional.

A participação de Motta e Soares em supostas atitudes que favoreciam empresas da região do Vale do Taquari foi constatada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) durante a 5ª Operação Leite Compensado, a primeira investigação do tipo a identificar o envolvimento direto de empresários do ramo nas fraudes. Até então, entre maio de 2013 e maio de 2014, transportadores e responsáveis por postos de resfriamento é que figuravam como principais acusados pelas adulterações no leite - fato que, inclusive, sustentou muitas vezes os argumentos, por parte de empresários, de que as indústrias seriam tão vítimas das adulterações quanto os consumidores.

Essa justificativa foi perdendo força com o avanço das operações e das suspeitas de envolvimento ilícito entre responsáveis pela fiscalização e executivos do setor, levando o MP-RS a encaminhar os indícios à Polícia Federal (PF). Com a realização da Operação Pasteur por parte da PF, as primeiras informações sobre o recebimento de propinas pelo serviço de fiscalização do Mapa foram divulgadas à imprensa,



Nos últimos três anos, foram 12 operações para investigar fraudes em produtos lácteos

reportando que o crime envolvia, inicialmente, um fiscal federal agropecuário (Motta) e quatro agentes de inspeção (entre eles, Soares), suspeitos de ganhos ilícitos para beneficiar cerca de seis empresas da região do Vale do Taquari.

No decorrer dos últimos três anos, o MP-RS realizou 10 operações para investigar adulterações no leite e outras duas voltadas

às fraudes na produção de queijos. Os promotores que têm se dedicado às investigações, Alcindo Luz Bastos da Silva Filho e Mauro Rockenbach, frisam, recorrentemente, que o apoio recebido dos servidores da fiscalização do Mapa tem feito esse trabalho avançar, demonstrando que a prática de corrupção se restringe ao grupo investigado.

## Fiscal do Ministério da Agricultura recebia suborno dentro do Serviço de Inspeção Federal de empresa

A denúncia do MPF dá ênfase à atuação de Paulo Régis Motta, que era o chefe dos fiscais do Mapa e o encarregado da fiscalização regional das empresas comercializadoras de produtos de origem animal. “Nesta condição, recebeu o pagamento de vantagem ilícita entre os anos de 2011 e 2013, na sede da empresa Hollmann Laticínios Indústria e Comércio Ltda.” O valor médio recebido mensalmente seria de R\$ 5 mil.

Amparado pela Lei de Proteção a Vítimas, Testemunhas e Réus Colaboradores, Motta admitiu nos autos da denúncia o recebimento ilícito de valores “para não criar problemas para a empresa (Hollmann)”. Afirmou, ainda, que retribuía os pagamentos “escolhendo” entre as amostras de produtos para análise aquelas que estivessem em melhor apresentação. A propina também era paga em locais combinados, inclusive na sala do fiscal no Serviço de Inspeção Federal (SIF) instalado na BRF Foods, onde o denunciado exigia o ingresso dos executivos da Hollmann sem que estivessem portando celular, de acordo com revelações de Carlos Alberto Seewald. A denúncia insere a conduta do servidor nos crimes de corrupção passiva e associação criminosa, tipificando-os como crimes continuados.

Instalada em Imigrantes, a Hollmann foi adquirida por Sérgio Al-

berto Seewald e Mario Stockmann em março de 2011, posteriormente, a sociedade se desfez, e, no início de 2012, Eduardo Fuhr assumiu a posição de sócio de Sérgio Seewald. Entre os executivos da empresa que foram denunciados aparece, ainda, Carlos Alberto Seewald, filho de Sérgio Seewald, e responsável por uma série de atribuições junto à Hollmann. Os quatro confirmaram pagamentos à Motta e incorreram, segundo a denúncia, nos crimes de corrupção ativa e associação criminosa, classificados como práticas criminais continuadas.

Trechos do interrogatório de Sérgio Seewald estão entre os mais reveladores da relação entre a empresa e o fiscal. Segundo ele, desde o início das atividades no laticínio Motta exigiu o pagamento de R\$ 5 mil mensais para “não trancar as ações da empresa”. Na escrituração contábil da organização, a propina entrava como “pagamentos diversos”. O denunciado também refere que, enquanto pagou valores ilícitos ao fiscal, nunca enfrentou “qualquer problema com a fiscalização”.

Porém, em meados de 2013, “quando a empresa se encontrava rigorosamente dentro dos padrões”, decidiu interromper os pagamentos e começou a enfrentar problemas com o serviço de fiscalização. Entre as dificuldades, o relato exemplifica que “solicitações de aprovações de novos rótulos ficavam trancadas

na mesa do fiscal, a aprovação do projeto de implementação de uma linha de leite UHT levou quase um ano”, além de outros fatos pontuais que determinaram a cessação de produtos da empresa no mercado devido às exigências recrudescidas.

O empresário elenca, ainda, outras situações que prejudicaram as operações da empresa em função da atitude de Motta, relatando que as amostras para fiscalização passaram a ser colhidas por uma auxiliar do fiscal, “de nome Priscila, que era cedida pela empresa BRF Foods ao SIF”, sem conhecimento técnico exigido para a função, de modo que “a própria coleta já era realizada de forma errada, o que influenciava no resultado da amostra”. Em função disso, “a Hollmann foi mantida pelo período de um mês no regime especial de fiscalização com suspensão da produção de ricota”.

Fuhr confirmou que Sérgio Seewald determinou o encerramento do pagamento de propina quando a “Hollmann estava nas especificações técnicas previstas, e, portanto, não tinha motivos para ser autuada pelo fiscal”.

A denúncia do agente de fiscalização Jorge Luiz Pinto Soares refere que o servidor teria quebrado o sigilo profissional ao informar Carlos Alberto Seewald sobre a deflagração da 5ª Operação Leite Compensado, em maio de 2014.

Por meio de nota, a BRF afir-

ma desconhecer o processo, porém “informa que não compactua com o tipo de conduta que está sendo investigada, e que está à disposição para colaborar com as autoridades na investigação do caso”. A compa-

nhia ressalta ainda que “tem como princípio fundamental o respeito à lei e segue rígido código de conformidade a normas regulamentares, primando sempre pela ética e boas práticas corporativas”.

REUNIÃO-ALMOÇO  
**tá na mesa**

18 de maio de 2016 | 12h

**George Pinheiro**

Presidente da CACB – Confederação das Associações

Comerciais e Empresariais do Brasil

Tema

**O cenário político atual e o protagonismo do empresariado no desenvolvimento econômico**

Local: Largo Visconde de Cairu, 17 - 7º andar

Sócios Federasul/ACPA: R\$ 70,00

Não Sócios: R\$ 90,00

Informações:

eventos@federasul.com.br - 51 3214.0200

